

Central Fotovoltaica
São Pedro IV S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 Dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.

São Paulo -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.

Balancos Patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa	7	39.759	9.997	Fornecedores	11	4.024	5.946
Contas a receber	8	3.942	2.293	Obrigações fiscais	12	195	265
Impostos a recuperar		1	1	Imposto de renda e Contribuição social	20	341	126
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		104	104	Outras contas a pagar	11	1.025	464
Adiantamento a fornecedores		48	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	465
Mútuos financeiros com partes relacionadas	21	5.577	-	Debêntures	13	2.727	-
Outras contas a receber		317	176	Provisão de ressarcimento e cessão a pagar	14	1.891	3.873
				Dividendos a Pagar		629	-
Total do ativo circulante		49.748	12.571	Total do passivo circulante		10.832	11.139
Caixa restrito	9	4.739	1.466	Empréstimos e financiamentos	13	-	58.040
Imobilizado	10	119.674	119.093	Debêntures	13	93.626	-
Total do ativo não circulante		124.413	120.559	Provisão para desmobilização	15	2.411	-
				Total do passivo não circulante		96.037	58.040
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		85.000	85.000
				Capital social a integralizar		(19.728)	(19.728)
				Reserva de lucros		2.020	-
				Prejuízos acumulados		-	(1.321)
				Total do patrimônio líquido		67.292	63.951
Total do ativo		174.161	133.130	Total do passivo e patrimônio líquido		174.161	133.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita Operacional Líquida	17	24.714	1.914
Custos de operação	18	(7.570)	(644)
Lucro bruto		<u>17.144</u>	<u>1.270</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(1.473)	(1.361)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>15.671</u>	<u>(92)</u>
Despesas financeiras		(11.340)	(860)
Receitas financeiras		734	170
Variação cambial, líquida		<u>-</u>	<u>98</u>
Resultado financeiro líquido	19	<u>(10.606)</u>	<u>(592)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>5.065</u>	<u>(683)</u>
Imposto de renda e Contribuição social	20	<u>(1.095)</u>	<u>(146)</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		<u>3.970</u>	<u>(829)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício	3.970	(829)
Resultado abrangente do exercício	<u>3.970</u>	<u>(829)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 dezembro de 2019 e 2018

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 01 de dezembro de 2018	85.000	(55.990)	-	-	(492)	28.518
Integralização de capital	-	36.262	-	-	-	36.262
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(829)	(829)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	85.000	(19.728)	-	-	(1.321)	63.951
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.970	3.970
Constituição de reserva legal	-	-	132	-	(132)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(629)	(629)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.887	(1.887)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	85.000	(19.728)	132	1.887	-	67.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.065	(683)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação	4.041	644
Juros sobre empréstimos e financiamentos	5.006	-
Juros e correção monetária sobre debêntures	835	-
Bônus de adimplência	(691)	-
Provisão de ressarcimento	(1.982)	-
Provisão para desmobilização	2.411	-
Baixa de intangível	-	256
Provisões	-	4.337
Lucro ajustado	14.685	4.554
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	-	(102)
Outras contas a receber	(140)	(175)
Caixa restrito	(3.273)	(1.166)
Adiantamento a fornecedores	(48)	-
Contas a receber	(1.649)	(2.293)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar a fornecedores	(1.924)	(12.515)
Obrigações fiscais	(70)	64
Outras contas a pagar	561	-
Caixa gerado pelas / (aplicado) nas atividades operacionais	8.142	(11.631)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(5.536)	(2.861)
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição Social	(880)	(17)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.726	(14.508)

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Mútuos financeiros com partes relacionadas	(5.577)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	<u>(4.622)</u>	<u>(73.253)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.199)</u>	<u>(73.253)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(64.025)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	6.742	58.040
Captação de debêntures	95.518	-
Integralização de capital	<u>-</u>	<u>36.262</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>38.235</u>	<u>94.301</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes caixa	<u>29.762</u>	<u>6.540</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.997	3.457
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>39.759</u>	<u>9.997</u>
	<u>29.762</u>	<u>6.540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Operacional

A Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A. “Companhia” é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Sua controladora direta é a Holding Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

A Companhia foi constituída em 28 de janeiro de 2016, e tem como objetivo social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV São Pedro IV, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.BA.033784-6.01.

O endereço registrado do escritório da Companhia é Fazenda Roça de Dentro, S/N, parte, Alt do KM 5 da Estrada Municipal com destino ao distrito de Chapada Grande KM 10 da Rodovia BR430 – Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – Bahia.

A Companhia participou do 7º leilão para Contratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL em 28 de agosto de 2015 e como vencedora recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 27MW por 35 anos, que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051. O contrato de fornecimento de energia é exclusivo com a CCEE pelo prazo de 20 anos, que compreende o período de 01/08/2017 a 31/07/2037 consumindo a garantia física de 8,0 MW/h médios da usina. O preço por megawatt é de R\$ 305,51, reajustados anualmente pelo IPCA. Somente após este período a Companhia poderá negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização a Companhia poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças pelas Leis Nos. 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia na qual o CPC 06 (R2) / IFRS 16 está sendo aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 5.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Reconhecimento de receita – Nota Explicativa nº17:** a receita de geração de energia é reconhecida no período da transferência da energia para a rede. O valor mensal apurado da receita é reconhecido conforme relatório emitido pelo Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e resultado no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota Explicativa nº10:** Refere-se a ativos de imobilizados de uso, a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos são estimados pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota Explicativa nº15:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos / IFRS 16 - *Leasing*

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 mas não afetaram materialmente as suas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – *Leasing* - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, através da abordagem retrospectiva. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 teve sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17 – *Leases*).

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

Considerando que as contraprestações dos arrendamentos serão integralmente calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, e ainda que podem ocorrer oscilações consideráveis na receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação, a Companhia não reconheceu novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques solares estão instalados.

b. ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento dos tributos sobre lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. O CPC 32 – Tributos sobre o lucro / IAS 12 – *Income taxes*, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não apresentou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve alteração quanto ao tratamento fiscal relativo ao imposto de renda e contribuição social, já adotados anteriormente pela Companhia.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período do tempo, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Contrato de energia de reserva: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

(ii) Mercado de curto prazo: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é produzida. A comercialização é realizada no âmbito da CCEE e a contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (preço de liquidação das diferenças). A energia vendida pela Companhia no Mercado de curto prazo é relativa ao período de teste nos meses anteriores a entrada da planta em operação.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos à Companhia. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta Fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias, Edifícios	30 anos
---	---------

A taxa de depreciação da Planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço,, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

(ii) Ativos arrendados

Os terrenos arrendados são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Juridicamente tais arrendamentos são tratados como direito de superfície.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos bancários	7.273	3.954
Aplicações financeiras	32.486	6.043
	<u>39.759</u>	<u>9.997</u>

Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de renda fixa com alta liquidez, vencíveis em até dois anos, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada a variação do CDI em média de 95%, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber de clientes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de clientes - CER (a)	3.715	1.947
Contas a receber de clientes - receita MCP (b)	-	346
Contas a receber de partes relacionadas (c)	227	-
	<u>3.942</u>	<u>2.293</u>

(a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;

(b) Referem-se ao saldo residual de energia de teste geradas em 2018.

(c) Conforme nota explicativa nº 21.

9 Caixa restrito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa restrito – Garantia financiamento	4.739	1.466
	<u>4.739</u>	<u>1.466</u>

Em 2018 a Companhia possuía depósito caução relativo ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a liquidação do financiamento em dezembro de 2019 este valor está disponível para resgate. Em dezembro de 2019 a operação foi integralmente quitada e o montante R\$1.615, mantido em depósito caução, foi totalmente liberado.

No dia 06 de dezembro de 2019 a Companhia concretizou a emissão das Debêntures através do Banco Citibank S.A., conforme nota explicativa nº13. Como parte da garantia da operação a Companhia disponibilizou em uma conta reserva o montante de R\$4.739.

10 Imobilizado

Custo de aquisição:	<u>31/12/2017</u>	Adições	Transferências	<u>31/12/2018</u>	Adições	Transferências	<u>31/12/2019</u>
Imobilizado em andamento	24.194	76.596	(100.790)	-	-	-	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	195	117.207	117.408	2.374	2.335	122.117
Adiantamento a fornecedores	16.905	1.848	(16.418)	2.335	-	(2.335)	-
Custo para demobilização de ativos	-	-	-	-	2.242	-	2.242
Total do custo	<u>41.099</u>	<u>78.639</u>	<u>-</u>	<u>119.738</u>	<u>4.622</u>	<u>-</u>	<u>124.359</u>

Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 dezembro de 2019 e 2018

Depreciação acumulada	31/12/2017	Adições	Transferências	31/12/2018	Adições	Transferências	31/12/2019
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	(644)	-	(644)	(3.960)	-	(4.604)
Custo para demobilização de ativos	-	-	-	-	(81)	-	(81)
Total da depreciação acumulada	-	(644)	-	(644)	(4.041)	-	(4.685)
Total do imobilizado	41.099	77.995	-	119.093	1.380	-	119.674

11 Fornecedores e outras contas a pagar

	2019	2018
Aquisição de máquinas e equipamentos	-	1.173
Contratação de serviços	200	834
Seguros e outras despesas	-	55
Partes relacionadas (a)	3.824	3.884
Total de fornecedores	4.024	5.946
Outras provisões com serviços	1.025	464
Total de outras contas a pagar	1.025	464

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Os principais valores que compõem o saldo de outras provisões com serviços referem-se a despesas com OM (*Operation and Maintenance*) de R\$ 205, mas (*Master Service Agreement*) R\$ 127, responsabilidade civil R\$ 57, licenças R\$ 30, alvará R\$ 50 e demais serviços.

(a) Conforme nota explicativa nº21.

12 Obrigações fiscais

	2019	2018
IRRF sobre serviços de terceiros	2	6
PCC sobre serviços de terceiros	12	10
ISS sobre serviços de terceiros	3	29
INSS sobre serviços de terceiros	5	24
Pis e Cofins a recolher	173	190
Outros impostos e taxas a recolher	-	6
	195	265

13 Empréstimos , financiamentos e debêntures

	2019	2018
Empréstimos e financiamentos bancários com garantia		
Saldo em 1º de janeiro de 2019	58.504	-
Empréstimos e financiamentos tomados (principal)	6.742	58.040
Pagamento de empréstimos	(64.025)	-
Juros sobre financiamentos incorridos no período	5.006	3.431
Juros pagos	(5.536)	(2.861)
Bônus de adimplência	(691)	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	58.504
Curto prazo	-	465
Longo prazo	-	58.040
<hr/>		
	2019	
Debêntures bancários com garantia		
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-	
Debêntures emitidas (principal)	95.518	
Correção monetárias incorridas no período	621	
Juros incorridos no período	214	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96.353	
Curto prazo	2.727	
Longo prazo	93.626	

Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia registrou a emissão de 95.518 de Debêntures ao Valor Nominal Unitário (VNU) de R\$ 1.000, totalizando o volume total de emissão de R\$95.518.000, com prazo de vencimento de 15 anos e um mês contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de janeiro de 2035. Em 31 de dezembro de 2019 o Valor Nominal Unitário atualizado é de R\$ 1.008, totalizando o montante da Debêntures de R\$96.353.

As Debêntures emitidas e escrituradas pelo Banco Citibank S.A..

O Valor Nominal Unitário (VNU) das Debêntures será amortizado integralmente em 30 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2020 e sua última parcela em 11 de janeiro de 2035. A remuneração será calculada de acordo com o percentuais descritos no cronograma abaixo:

Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado
1	15 de junho de 2020	2,75%	11	15 de junho de 2025	4,14%	21	15 de junho de 2030	9,14%
2	15 de dezembro de 2020	2,83%	12	15 de dezembro de 2025	4,32%	22	15 de dezembro de 2030	10,06%
3	15 de junho de 2021	2,87%	13	15 de junho de 2026	4,69%	23	15 de junho de 2031	11,65%
4	15 de dezembro de 2021	2,95%	14	15 de dezembro de 2026	4,92%	24	15 de dezembro de 2031	13,18%
5	15 de junho de 2022	3,10%	15	15 de junho de 2027	5,39%	25	15 de junho de 2032	15,84%
6	15 de dezembro de 2022	3,19%	16	15 de dezembro de 2027	5,69%	26	15 de dezembro de 2032	18,82%
7	15 de junho de 2023	3,37%	17	15 de junho de 2028	6,28%	27	15 de junho de 2033	24,25%
8	15 de dezembro de 2023	3,49%	18	15 de dezembro de 2028	6,70%	28	15 de dezembro de 2033	32,01%
9	15 de junho de 2024	3,70%	19	15 de junho de 2029	7,47%	29	15 de junho de 2034	50,00%
10	15 de dezembro de 2024	3,84%	20	15 de dezembro de 2029	8,07%	30	06 de janeiro de 2035	100,00%

O VNU é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado de forma *pro rata temporis*, com base em 252 dias úteis.

Sobre a VNU atualizada incidirão juros remuneratórios, correspondentes à 4,40% a.a..

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures serão garantidas por:

- Cessão Fiduciária de Créditos;
- Alienação Fiduciária da Companhia; e
- Alienação Fiduciária de equipamentos.

O instrumento de emissão estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) quantitativos e qualitativos que o eventual descumprimento pode acarretar em vencimento antecipado das Debêntures. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso das Debêntures emitidas pela Companhia, um dos *covenants* pactuados é a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), obtido através da divisão do EBITDA pelo Serviço da Dívida da Companhia, cujo resultado deve se manter igual ou superior à 1,20.

O índice financeiro deve ser apurado pela Companhia anualmente com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, a partir de 31 de dezembro de 2020.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de Debêntures requeridas em 31 de dezembro de 2019, estão integralmente cumpridas.

14 Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ressarcimento a clientes – contrato primeiro ano (a)	-	2.811
Ressarcimento a clientes – contrato ano (b)	-	1.062
Cessão a pagar (c)	1.891	-
	<u>1.891</u>	<u>3.873</u>

(a) Ressarcimento a clientes – contrato primeiro ano

Durante o primeiro ano de contrato com a CCEE não houve geração de energia na Companhia Central Fotovoltaica São Pedro IV. Conforme contrato com a CCEE, a não entrega da energia contratada gera multa mensal até o início da operação. No fechamento do primeiro ano de contrato (agosto 2017 a julho 2018) o valor acumulado da multa da Companhia foi de R\$ 3.700.

(b) Ressarcimento a clientes – contrato segundo ano

Conforme os contratos de fornecimento de energia assinados com a CCEE, a geração abaixo ou acima do contratado gera mensalmente provisões de custos ou receitas. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizado a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar.

(c) Cessão a pagar

O segundo ano de contrato do projeto encerrou em outubro de 2019 e a Companhia realizou a compra de energia das SPE's Pirapora Energias Renováveis S.A. de maneira a cumprir com o volume de energia contratada nos 12 meses do contrato e ainda receber um valor excedente da CCEE. O recebimento do valor excedente ocorreu em dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo acumulado do valor de cessão a pagar para a empresa Pirapora Energia é de R\$ 1.891 e esta registrado no passivo. Os valores serão pagos em 12 meses, sendo o último pagamento a ser realizado em dezembro de 2020.

15 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações. Em 2019 a Companhia provisionou R\$ 2.411 inerentes aos custos para desmontagem do parque, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida. Devido a esta obrigação ser de longo prazo, o valor reconhecido de R\$ 2.411 em 2019 foi calculado utilizando uma taxa de desconto definida em 7,90%, IPCA + 4% de prêmio.

O valor de desmobilização foi registrado no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente, o valor atualizado em 2019 é de R\$ 2.162.

<u>Provisão para Desmobilização</u>	
Saldo em 2018	-
Reconhecimento inicial	2.242
Adição	169
Saldo total	<u>2.411</u>

16 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito, autorizado e parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 85.000 (R\$ 85.000 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 85.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatório o montante de R\$ 629, conforme memória abaixo:

Prejuízo acumulado 2018	<u>(1.321)</u>
Lucro líquido do exercício	3.970
Base de cálculo - Reserva Legal	<u>2.649</u>
Reserva legal - 5%	132
Base de cálculo - Dividendos mínimos	<u>2.517</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	629

17 Receita operacional

O Companhia gera receita apenas pela venda de energia Elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita contrato de energia de reserva (CER)	25.663	3.442
Receita no mercado de curto prazo (MCP)	-	3.538
	<u>25.663</u>	<u>6.980</u>
Menos:		
Ressarcimento cliente - 1º ano	-	(3.748)
Ressarcimento cliente - 2º ano	-	(1.062)
Impostos sobre venda	(949)	(255)
Total da receita operacional líquida	<u>24.714</u>	<u>1.914</u>

18 Custo dos serviços de energia elétrica e despesas gerais administrativas

a. Custo e despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Encargo de uso da rede de energia elétrica	(801)	(644)
Depreciação	(4.041)	-
Custo de contrato e operação (a)	(2.728)	-
Total	<u>(7.570)</u>	<u>(644)</u>

(a) Custo composto principalmente por manutenção R\$ (1.033), compromissos ambientais e sociais R\$ (355), arrendamentos e seguros R\$ (470).

Despesas gerais e administrativas

Contabilidade e auditoria	(56)	(523)
Assessoria e advogados	(323)	(206)
Serviços técnicos	(794)	-
Despesas regulatórias	(104)	-
Viagens e representações	(53)	-
Despesas e provisões diversas	(143)	(377)
Baixa do intangível	-	(256)
Total	(1.473)	(1.361)

19 Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	734	166
Outras receitas	-	4
	734	170
Despesas financeiras		
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.006)	(825)
Despesa de juros sobre debêntures	(835)	-
Despesas bancárias (a)	(5.499)	(35)
	(11.340)	(860)
Variação cambial, líquida	-	98
Resultado financeiro, líquido	(10.606)	(592)

(a) Os valores que compõe o saldo de despesas bancárias referem-se a carta de crédito de R\$ 2.790 e comissão bancária de R\$ 2.709.

20 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019 o montante remanescente à pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 341 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2018). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo Lucro Presumido

	2019	2018
Receitas bruta	25.663	3.266
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	2.053	261
Presunção da contribuição social - 12% (b)	3.080	392
Receitas financeiras	734	171
Receita retida na CCEE	232	-
Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c)	3.019	432
Imposto de renda a alíquota de 15%	(453)	(65)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(278)	(30)
Total IRPJ	(731)	(95)
Base de cálculo da CSLL - (b) + (c)	4.046	563
Contribuição social a alíquota de 9%	(364)	(51)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.095)	(146)

21 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e o controlador final é a sociedade Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo nos exercícios de 2019 e 2018, foi realizada pela controladora, uma vez que ambas as empresas têm as mesmas pessoas como Administradores.

b. Operações com partes relacionadas

	2019	2018
A Receber		
<i>Intercompanhias</i>		
Atlas Energia Renovavel Do Brasil S.A.	227	-
Total	227	-
	2019	2018

A Pagar

Consórcio (a)

Central Fotovoltaica Sao Pedro II S.A.	876	3.885
	876	3.885

InterCompanhias

Atlas Energia Renovavel Do Brasil S.A.	1.888	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	674	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV	83	-
Atlas Renewable Energy Chile SpA	304	-
	2.948	-

- (a) Os montantes inerentes a Consórcio correspondem 50% dos gastos para a construção da estrutura de transmissão HV (Higt Voltage) que foram registrados inicialmente em sua totalidade na sócia líder, Central Fotovoltaica São Pedro II S.A., cujo os custos são repassados entre os sócios na proporção de suas participação. Ao longo de 2019 a Companhia pagou o montante de R\$2.208 para a sócia Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.. Em 31 de dezembro de 2019 resta o montante de R\$1.677, o qual a Companhia estima que será regularizado ao longo de 2020.

Mútuo a receber

	2019	2018
Atlas Energia Renovavel do Brasil S.A	5.577	-
	5.577	-

Mútuo cedido em 31 de janeiro de 2019 à controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. com juros de 100% da SELIC e será integralmente quitado ao longo de 2020.

22 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrenda uma série de terrenos, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram trinta e cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, baseados em alterações do índice geral de preços. A Companhia não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. O valor reconhecido no resultado em 2019 é de R\$ 271.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, pois a remuneração do contrato citado é integralmente variável.

São esperados os seguintes pagamentos (em milhares de reais):

2020	R\$ 240
2020	R\$ 250
2021	R\$ 260

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2019 - Valor contábil			31/12/2018 - Valor contábil		
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Passivo pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Passivo pelo custo amortizado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	39.759	-	-	9.997	-
Caixa restrito	-	4.739	-	-	1.466	-
Contas a receber de clientes	-	3.942	-	-	2.293	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	-	5.577	-	-	-	-
Total	-	54.017	-	-	13.756	-
Passivos						
Fornecedores	-	-	4.824	-	-	5.946
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	58.505
Debêntures	-	-	96.353	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	2.913	-	-	4.337
Total	-	-	104.090	-	-	68.788

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	39.759	9.997
Contas a receber	3.942	2.293
Total transações no resultado	43.701	12.290

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia avaliou que não foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes. A Companhia não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31 de dezembro de 2019

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
<i>Em milhares de Reais</i>						
Passivos financeiros						
Debêntures	96.353	96.353	2.727	31.208	31.208	31.208
Fornecedores e outras contas a pagar	5.049	5.0497	5.049	-	-	-
	104.090	104.090	10.464	31.208	31.208	31.208

31 de dezembro de 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos bancários com garantia	58.504	130.592	8.796	32.685	37.454	51.675
Fornecedores e outras contas a pagar	6.398	6.398	6.398	-	-	-
	64.904	136.990	15.194	32.685	37.454	51.675

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui Debêntures em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2019	Cenário provável 31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP (a)	5,09%	5,22%	0,13 p.p	0,16 p.p	0,20 p.p
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (b)	4,04%	3,61%	(0,43) p.p	(0,54) p.p	(0,65) p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (c)	4,59%	4,15%	(0,44) p.p	(0,55) p.p	(0,66) p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2019	Sensibilidade		
		96.353	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Debêntures	IPCA		3.478	4.347	5.217

Risco de redução (ativo)	Índice	31/12/2019	Sensibilidade		
		35.610	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI		(1.478)	(1.847)	(2.217)

- (a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo
(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus
(c) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

24 Compromissos

A Companhia celebrou contratos para a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas. Esses contratos darão origem a despesas anuais de R\$ 739 para os próximos cinco anos.

25 Eventos subsequentes

Redução de capital social

Em 08 de janeiro de 2020 mediante a publicação da Ata da 2ª Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram a redução de capital social subscrito no montante de R\$50.287 mediante ao cancelamento de 50.287.258 ações ordinárias nominativas, passando de 85.000.000 para 34.712.742 ações ordinária nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma. Tal redução se deve ao número excessivo de ações nos termos do Artigo 173 da Lei 6.404/76.

Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações financeiras

Na data de emissão destas Demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

Adicionalmente, não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômicos e financeiros decorrentes da pandemia em relação ao COVID-19.

* * *